

Tribunal de Justiça do Estado
04101 Tribunal de Justiça do Estado
Inciso III do Art.13 da LDO nº 8.375, 19/07/16

		OGE 2017								R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investi-mentos	Inversões Financeiras	Amortizaçã o da Dívida	Reserva de Contingência	
02.126.1419-8182	Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - Apoio Indireto a Atividade Judicante	7.468.457	0	0	7.418.457	50.000	0	0	0	
02.128.1418-8164	Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	929.176	0	0	929.176	0	0	0	0	
02.128.1418-8165	Capacitação de Magistrados e Servidores - 2º Grau	94.961	0	0	94.961	0	0	0	0	
02.128.1418-8166	Capacitação de Servidores - Apoio Indireto à Atividade Judicante	799.670	0	0	799.670	0	0	0	0	
02.128.1418-8167	Capacitação de Magistrados e Servidores pela Escola Superior da Magistratura (ESM)	541.420	0	0	541.420	0	0	0	0	
02.128.1418-8168	Eventos Institucionais	1.854.641	0	0	1.854.641	0	0	0	0	
02.129.1418-8169	Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	5.006.957	0	0	5.006.957	0	0	0	0	
02.131.1418-4938	Implementação das Ações de Comunicação e Publicidade	1.346.669	0	0	1.346.669	0	0	0	0	
02.302.1421-6844	Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	4.587.581	0	0	4.587.581	0	0	0	0	
02.302.1421-6845	Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 2º Grau	1.784.858	0	0	1.784.858	0	0	0	0	
02.302.1421-6846	Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - Apoio Indireto à Atividade Judicante	3.008.561	0	0	3.008.561	0	0	0	0	
02.331.1421-6847	Auxílio Alimentação - 1º Grau	40.084.531	0	0	40.084.531	0	0	0	0	
02.331.1421-6848	Auxílio Alimentação - 2º Grau	4.408.800	0	0	4.408.800	0	0	0	0	
02.331.1421-6849	Auxílio Alimentação - Apoio Indireto à Atividade Judicante	13.055.663	0	0	13.055.663	0	0	0	0	
02.331.1421-6850	Auxílio Transporte - 1º Grau	12.284.141	0	0	12.284.141	0	0	0	0	
02.331.1421-6851	Auxílio Transporte - 2º Grau	410.942	0	0	410.942	0	0	0	0	
02.331.1421-6852	Auxílio Transporte - Apoio Indireto à Atividade Judicante	838.077	0	0	838.077	0	0	0	0	
02.331.1421-8198	Assistência Médica e Odontológica	595.000	0	0	453.702	141.298	0	0	0	
Total		1.076.884.364	780.241.972	0	254.801.461	41.340.931	500.000	0	0	

Justiça Militar do Estado

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Processar e julgar os policiais e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei.

Inciso VI do Art.13 da LDO nº 8.375, 19/07/16

LEGISLAÇÃO BÁSICA	EMENTA
Constituição da República Federativa do Brasil, arts. 122 a 124.	Dispõe sobre a Organização da Justiça Militar.
Constituição do Estado do Pará, Título V, Capítulo III, arts. 168 a 172.	Dispõe sobre a Justiça Militar do Estado do Pará.
Lei Estadual nº 5.008, de 10 de dezembro de 1981	Dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado do Pará.Republicado no D.O.E., de 15 de setembro de 2003
Lei Estadual nº 5.285, de 3 de dezembro de 1985.	Altera dispositivos da Lei nº 5.008, de 10 de dezembro de 1981, e dá outras providências.
Lei Estadual nº 5.658, de 18 de fevereiro de 1991.	Traça o Cronograma de Instalação de Comarca Judiciárias, e dá outras providências
Lei Estadual nº 5.763, de 20 de outubro de 1993.	Modifica a Lei nº 5.658, de 18 de fevereiro de 1991, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 14, de 17 de novembro de 1993.	Modifica o Código de Organização Judiciária do Estado, criando varas privativas na área do Direito Agrário, Minerário e Ambiental.
Lei nº 6.088, de 21 de novembro de 1997.	Altera dispositivos da Lei nº 5.008, de 10 de dezembro de 1981, e dá outras providências.
Lei nº 6.579, de 11 de setembro de 2003	Dá nova redação ao “caput” do art. 108, acrescentando-lhe, ainda, incisos, na Lei nº 5.008, de 10 de dezembro de 1981, que dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado do Pará, criando o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente (C.I.A.A.), e dá outras providências.